

**RIBEIRÃO PRETO**  
**Leituras urbanas de uma história rural**

**RIBEIRÃO PRETO**  
***Urban readings of a rural history***

Valéria Eugênia Garcia  
Universidade Paulista - UNIP  
e-mail: [valgarcia2003@gmail.com](mailto:valgarcia2003@gmail.com)

Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci  
Universidade de São Paulo – IAU/USP  
e-mail: [mariacsb@sc.usp.br](mailto:mariacsb@sc.usp.br)

**v. 7, n. 10**  
**jan/ago (2015)**

ISSN 1982-0569

### Resumo

O artigo analisa duas matrizes da historiografia memorialista da cidade de Ribeirão Preto propondo pela mediação desses textos a leitura de pré-condições urbanas em meio à consagrada narrativa da expansão cafeeira. Lastreado em Fernand Braudel, Henri Lefebvre, Bernard Lepetit e Maurice Halbwachs, evoca um olhar pelo avesso dos textos propagandistas de Martinho Prado Júnior e recoloca em outro nível de análise a disputa travada entre Plínio Travassos dos Santos e Osmani Emboaba da Costa pelo reconhecimento e autoridade sobre a historiografia local. A partir do estudo da situação ribeirão-pretana, ousa afirmar que a urbanidade, mais do que um desdobramento, é uma condição existencial das cidades novecentistas do interior paulista.

### Palavras-Chave

Ribeirão Preto, café, história paulista.

### Abstract

This paper intends to structure a reversed reading of the matrix texts that assemble the city of Ribeirão Preto's official historiography. Through these mediations we find an array of urban preconditions amid the consecrated territorial narratives that gives birth to existence of the world's coffee plantation leader in the turn of the twentieth century. Backed by Fernand Braudel, Henri Lefebvre, Bernard Lepetit and Maurice Halbwachs, we invite the reader to look inside out the articles of Martinho Prado Junior published by *A Província de São Paulo*, in 1877. Again, through this same approach, we take the dispute raging between the local historians Plínio Travassos dos Santos e Osmani Emboaba da Costa to a deeper level of analysis. From the case study of Ribeirão Preto's urban history, we dare to sustain that urbanity is more than a natural unfolding, it is an existential condition of nineteenth-century cities of the Estate of São Paulo.

### Keywords

Ribeirão Preto, coffee plantation, São Paulo's history.



A cidade tanto cria a expansão como é criada por ela. Mas o certo é que, mesmo quando não é a cidade a fabricá-la com todas as suas peças, é ela a ditar as leis do jogo. E na cidade este jogo revela-se melhor do que em qualquer outro posto de observação (BRAUDEL, 2005, p.439).

Essa reflexão ilumina o paradoxo de causa, efeito e sua reciprocidade inversa, desenvolvida pela pesquisa que temos empreendido sobre o início da organização urbana de Ribeirão Preto. Seguindo o caminho defendido por Braudel (2005, p.441) temos que, “não há cidade sem divisão obrigatória do trabalho e não há divisão do trabalho um pouco mais avançada sem a intervenção de uma cidade. Não há cidade sem mercado e não há mercados regionais ou nacionais sem cidades”. No limite, sem cidades não existe trocas locais ou distantes. A cidade é a chave do enraizamento local e a abertura comercial ao mundo. Neste caso, a meta do historiador dos *Annales* é advogar a cidade como entidade catalizadora do empreendimento capitalista moderno, sua narrativa sustenta o quanto o desenrolar histórico da vida urbana criou os campos ao seu redor. Cidade e campo mantém entre si alinhamentos paradoxais, são simultaneamente, separação, aproximação, divisão e reagrupamento. Por essa perspectiva, argumentamos que as instituições inerentes ao ambiente urbano, em suas tramas de poder e sociabilidades, são os fundamentos que afiançam a expansão agrícola.

O sentido dessa exposição introdutória é criar condições para uma argumentação que procura os elementos constitutivos do urbano em um quadro historiográfico edificado a partir do desenvolvimento fundiário. Assim, iniciamos o presente artigo com o objetivo de recontar uma história pelo avesso. Para essa empreitada, precisamos de Braudel (2005) novamente, pois a apreensão da cidade é mais complexa que a relação ambígua entre o desbravamento de seus campos e a edificação dos seus primeiros edifícios. Transcende a confusão de limites entre o público e o privado. Ultrapassa as conexões dos mercados que fazem circular seus produtos tanto quanto as relações de trabalho envolvidas na sua produção. A cidade que é, por excelência, portadora de escrita, também é o espaço social que produz história.

Lançado o esteio da discussão, questionamos em primeiro lugar:

- O quanto a história escrita é matriz de relações que criam e transformam a própria cidade em sua materialidade espacial?



- Ou, mais audaciosamente, como uma cidade é criada, inventada, transformada e reorganizada por sua historicidade?

Seguindo essa lógica de interpretação, Lepetit (2001) analisa o espaço braudeliano como resultado permanente de falhas múltiplas, as formas antigas são constantemente retomadas pela sociedade por diferentes configurações. Para além da construção do espaço encontramos a ação de instituições fundamentais que presidem os modelos de auto-organização. Invariavelmente, uma organização do território origina-se de conjuntos anteriores. Nesse jogo de atualizações sucessivas das formas passadas, as sociedades usam menos as possibilidades fornecidas por seu meio do que aquelas que sua história oferece.

Dadas a multiplicidade das formas antigas de reorganização do espaço e a diversidade das temporalidades nas quais elas se inscrevem, o problema está menos em associar uma trajetória histórica e uma evolução futura do que em estudar as modalidades de presentificação dos passados. As sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias encontradas por acaso: procedem continuamente em uma reatualização e uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reinterpretem (LEPETIT, 2001, p.147).

Essas “conchas” são o ambiente físico e social tanto quanto o espaço de imagens sobrepostas. Lepetit (2001) fortalece seus argumentos em Halbwachs para refletir sobre a memória, também, como elemento constitutivo da conformação urbana. Assim, a cada etapa de seu desenvolvimento a sociedade remaneja suas lembranças de forma a adequá-las às condições do momento de seu funcionamento. Processo de reelaboração permanente, de reconstrução perpétua, a memória exprime as verdades do passado com base nas demandas do presente.

Propomos, assim, para o desenvolvimento do presente artigo a análise de duas matrizes consagradas como elementos constitutivos da cidade de Ribeirão Preto. Essas matrizes, ditas “certidões de nascimento”, são de fato as fontes de uma historiografia que recria a cidade em momentos diversos por meio de documentos de diferentes qualidades constitutivas. O que elas têm em comum é a primazia genética dos campos sobre o



urbano. A finalidade da reflexão proposta é exatamente pinçar urbanidade<sup>1</sup> em meio ao fundiário consagrado.

Para tanto, reformulamos a pergunta:

Como a cidade efetivamente se constrói a partir de textos que implicam relações urbanas antes ainda da existência consistente do que chamaríamos de cidade?

### **Discurso panfletário: a matriz empresarial de Martinho Prado Júnior**

Mergulhando nas tramas constitutivas das narrativas que fundam o urbano é possível retroceder aos textos divulgadores da fertilidade do solo basáltico de São Simão e Ribeirão Preto. A propaganda do solo fértil do Ribeirão Preto foi inaugurada pelo positivista Dr. Luiz Pereira Barreto, adventista do progresso enxergou nas terras roxas da bacia do Rio Pardo a salvação para lavradores fluminenses que amargavam a queda de produtividade em suas colheitas. Publicou, consecutivamente durante o mês de dezembro de 1876, artigos no jornal *A Província de S. Paulo* cujo texto eloquente, exposto também como parecer técnico, provia a solução para os problemas da cafeicultura.

O conjunto de artigos, publicado a partir de 02 de dezembro de 1876, anunciava pelo título atraente, *A Terra Roxa*, a fertilidade do solo basáltico paulista:

É natural que uma tão vistosa superioridade desperte em todos os brasileiros a mais viva curiosidade e provoque o justo desejo de saber quais os elementos, que dão a São Paulo essa brilhante e invejável perspectiva. [...] A filosofia da terra roxa! Não se assustem os srs. Fazendeiros [...]. Quero simplesmente colocá-los em estado de responder às incessantes objeções e aos pedidos de informação que nos chegam de fora da província. A minha tese é a seguinte: a província de São Paulo é o que é na atualidade, graças simplesmente à sua terra roxa (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.12).

Na publicação de 10 de dezembro de 1876, destaca as características da flora e a fecundidade das terras do Ribeirão Preto como a salvação para o naufrágio da lavoura cafeeira:

---

<sup>1</sup> Urbano, urbana e urbanidade sempre ao sentido Lefebvrino, uma realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento que apesar de seu caráter transcendente demanda a existência de um solo e uma morfologia material (LEFEBVRE, 2001, p.54).



A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora, saber a qual deve dar preferência. Mas, quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, assim seria ela a primeira província do Império. Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto a imaginação pode conceber de mais surpreendente. É ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade e derramou à profusão todas as maravilhas de sua onipotente criação. O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a "Flora Brasileira" se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva. Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.12).

As palavras de Barreto são chanceladas por Martinho Prado Júnior que publicou no mesmo, *A Província de São Paulo*, artigos que explicitam a disposição de uma frente de prospecção agrária. No texto *Municípios de S. Simão e Ribeirão Preto*, veiculado em 18 de outubro de 1877, apresenta a importância agrícola da região reclamando o abandono de suas vilas que não perduraria em face ao futuro promissor.

Quis o feliz desejo, que há muito nutro, de conhecer pessoalmente todos os municípios da província de São Paulo, que me dirigisse ultimamente aos de S. Simão e Ribeirão Preto, percorrendo-os em sua maior parte, podendo avaliar a importância agrícola de que são dotados [...] Com o espírito abatido pelo longo percurso de uma paragem monótona, senti-me reviver o aspecto majestoso da Serra de Simão, que contrasta com a pequenez da vila situada na fralda da serra. É uma das povoações mais abandonadas que conheço, e que deverá ser para o futuro muito importante, pela riqueza dos terrenos que a circundam (IN MEMORIAM, 1944, p.334).

Descreve os caminhos percorridos e muito especificamente o trajeto de São Simão a Ribeirão Preto, fornece informações sobre o relevo, a vegetação e cita nominalmente os proprietários das terras conforme suas características e graus de fertilidade.

Partindo da vila de São Simão para a do Ribeirão Preto, distante 8 léguas, percorre-se o espaço de 2½ léguas, atravessando um terreno estéril e arenoso [...] Findo esse espaço cheguei ao lugar denominado Cachoerinha, divisa dos dois municípios e transpondo o pequeno regato, pisei terras roxas do Ribeirão Preto. Nada vira ainda, mas começando a subir o espigão onde encontram-se os terrenos do Sr. Franco e outros,

meu espírito agricultor sentiu-se tocado pelo entusiasmo, e o meu amigo e companheiro de viagem, Jezuino de Mello, preveniu-me de que daí por diante só nos deparariam terrenos iguais aqueles (IN MEMORIAM, 1944, p.339).

Martinho Prado Júnior fornece informações sobre a vila, “um lugar alegre” banhado pelas águas do Ribeirão Preto e do Retiro. E se arrisca em circunscrever dados fundacionais:

Foi fundada em 1856 por José Borges da Costa, Manuel Fernandes do Nascimento, José Alves Primo, já falecidos, e também por Antonio Alves Pereira e Bernardo Alves Pereira, que ainda existem. O Sr. Bernardo Alves é um dos homens mais populares do Ribeirão Preto e de grande prestígio entre o povo (IN MEMORIAM, 1944, p.340).

Faz uma análise comparativa do município, bastante populoso em relação aos outros, mas não em relação a sua área formada por imensos campos até o Pontal entre os rios Guaçu e Pardo (IN MEMORIAM, 1944, p.341).

E fornece um prognóstico de produtividade:

Conheço municípios de Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Amparo, Itú, Capivari, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, Araras, Pirassununga, parte de Belém [Descalvado] Santa Rita, Casa Branca, Mococa, Caconde e posso dizer hoje, sem receio de contestação, nada vi em relação ao quadro que tive diante de meus olhos, durante a longa peregrinação pelo Ribeirão Preto (IN MEMORIAM, 1944, p.341).

Nessa expressão apaixonada, recheada de saberes sobre o desenvolvimento da lavoura cafeeira, encontramos também o Martinho Prado Júnior empresário urbano, acionista fundador da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que advogava junto ao governo provincial as concessões necessárias para a extensão de seus trilhos até a cidade de Ribeirão Preto.

S. Simão vai tornar-se em muito pouco tempo a estrada preferida para a saída de todos os produtos de Batatais, Franca, Uberaba, enfim, do denominado Sertão, que fica a menor distancia de Pirassununga do que de Casa Branca, além das vantagens incalculáveis que lhe oferece a estrada que se está abrindo para Batatais, atravessando o Rio Pardo, no porto das Maleitas, onde se acha, em construção, uma sólida e importante ponte, que até janeiro ou fevereiro (1878), pode ficar concluída. Os produtos da Franca demandarão infalivelmente Pirassununga, deixando Batatais para o lado, e passando pelo ponto

denominado Rancho Novo. Não reproduzirei aqui o que em outra parte e de modo irrefutável, já fiz, nas mesmas colunas deste jornal, sobre os desastrosos e escandalosos projetos da Companhia Mogiana sobre estas zonas. Não existem daqui para Casa Branca outras relações mais que oficiais, fazendo-se todo o comércio exclusivamente por Pirassununga, e de outro modo não podia deixar de ser, porque de S. Simão para Casa Branca distam 12 léguas, ao passo que de Pirassununga dista somente 9½ léguas, com uma diferença de linha férrea para Campinas de mais de 30 kilometros. E entendo que por este município e Ribeirão Preto deve dirigir-se o prolongamento da linha férrea do Mato Grosso, como procurarei prová-lo em breve, e em trabalho diverso, se merecer ao governo alguma consideração a economia, a conveniência pública, etc... etc... (IN MEMORIAM, 1944, p.338-339).

Fica evidente sua demanda por privilégios concessionários em favor da Companhia Paulista desde a publicação de *Estrada de Mogy-Guassú*, em agosto de 1876:

Considerando que se acha atualmente em adiantado progresso a construção da linha férrea do Guassú, uma das mais grandiosas empresas do império, pelo largo futuro que se lhe abre a perspectiva, julgamos conveniente dar um ligeiro esboço da parte da linha em construção, acompanhado de rápidas reflexões, sobre o seu elevado futuro e necessária conclusão Entre todas as linhas da província, é esta sem a menor dúvida, a de maior importância, e que dá a justa medida do espírito empreendedor perspicaz e inteligente da Companhia Paulista, que tem tido por si o apoio exclusivo da opinião pública, junto à vontade tenaz de sua importante diretoria, bem como a má vontade e hostilidade do governo geral e provincial (IN MEMORIAM, 1944, p.315).

Inquestionavelmente é uma linha da máxima importância pela razão de servir alguns dos mais ricos e importantes municípios da província, entre os quais figuram em primeira linha de conta o de Araras, Belém de Descalvado, Pirassununga, que juntos exportam em boas safras 750 mil arrobas de café, e em segundo lugar uma boa parte dos municípios de Casa Branca, e toda a produção de Santa Rita, Ribeirão Preto, São Simão, Batatais e etc., etc., etc., que prometem, em próximo futuro, tomar um desenvolvimento correspondente a uberdade prodigiosa de seu solo (IN MEMORIAM, 1944, p.315).

Por essas linhas, assistimos que a fala do empresário urbano em favor da infraestrutura é temporalmente anterior e mais eloquente que as palavras do Martinho lavrador.

Nestor Goulart Reis Filho (2000) apreende essa cronologia empresarial, ligada ao comércio e às finanças, que tem início nas regiões mineradoras, passa pelo desenvolvimento da produção açucareira, seguida pela cultura do café nas províncias



do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. As atividades desses empreendedores abrangem o controle lucrativo do processo produtivo que associa o comércio, a atuação de casas comissárias, o transporte de mercadorias, a organização de tropas e as atividades exportadoras. Na cidade de São Paulo menciona Bernardo Gavião, Proost Rodovalho e Rodrigues Jordão. Em Bananal, os Teixeira Leite e em Taubaté, a família de Francisco Alves Monteiro. Também levanta a ação dos Vergueiro na região de Limeira, Tobias Aguiar em Sorocaba e os Andrada na cidade de Santos. Cita textualmente a família Prado, representada inicialmente pela figura do Barão de Iguape, patriarca que fez fortuna no Vale do Paraíba e posteriormente pelos filhos de seu meio irmão Martinho da Silva Prado, Antônio e Martinho Prado Júnior em negócios urbanos desde São Paulo até Ribeirão Preto.

Seguindo a mesma perspectiva, Mônica Silveira Brito (2006) analisa a relação intrínseca entre capital imobiliário e o desenvolvimento urbano pela via de concessão de privilégios. No caso da Província São Paulo, a valorização da terra foi seguida por um conjunto de medidas que visavam à modernização da produção e à implantação de infraestrutura pela realização de obras de saneamento e serviços urbanos. Entre essas, a exploração de ferrovias, os sistemas de comunicação, a iluminação pública, o abastecimento de água, a coleta de esgoto e o calçamento de ruas, implantados quase simultaneamente em diversas localidades. Essas iniciativas de apropriação privada da terra abarcam diferentes esferas da produção e acumulação capitalista na construção de um território que articula a organização empresarial e a participação do Estado. Trata-se de etapas da imposição de um projeto modernizador que evidencia os tênues limites históricos entre público e privado no Brasil.

Examinando os agentes envolvidos nas frentes urbanizadoras centradas na exploração de privilégios de infraestrutura e prestação de serviços que foram estudadas por Brito (2000), verificamos a atuação consistente da família Prado e, mais especificamente, de Martinho Prado Júnior, replicada para o contexto de Ribeirão Preto. Os Prado não foram os maiores cafeicultores e exportadores, nem foram os maiores loteadores e tampouco os únicos exploradores dos empreendimentos urbanos, porém articularam em Ribeirão Preto todo o encadeamento de circulação do capital agroexportador que atravessava o processo de urbanização. A família atuou em todos os círculos de reprodução do capital cafeeiro, desde sua produção, infraestrutura ferroviária, mercado de câmbio e exportação representado por casas comissárias, instituições de financiamento e

206







investimento em mão de obra imigrante. Viabilizaram a instalação do Núcleo Colonial Antonio Prado, no ano de 1887. Lotearam grande parte das áreas adjacentes ao complexo ferroviário. E quanto à principal atividade empresarial urbana, participaram das licitações e instalação de melhoramentos, tais como: serviços de água e esgoto, calçamento e fornecimento de energia elétrica.

Frente ao exposto, os artigos de Martinho Prado Júnior não devem ser associados a qualquer tipo de intenção historiográfica, são textos propagandistas dirigidos por objetivos empresariais. O teor técnico de algumas asserções tem a missão de informar camadas do setor cafeicultor sobre a viabilidade produtiva de regiões específicas da província de São Paulo. Já as críticas abertas à política concessionária tendem a sensibilizar produtores à causa da Companhia Paulista. O projeto, no entanto, foi muito mais amplo. Abarca desde o fim do tráfico negreiro, a promulgação quase simultânea da Lei de Terras em 1850, sua regulamentação a partir de 1854 e o lançamento do empreendimento de colonização, invariavelmente associados a grupos empresariais que se articulavam no governo central, tanto quanto na sede provincial.

Ligia Osorio Silva (2008, p.224) mostra uma faceta dessa estratégia organizacional:

Em São Paulo, a preocupação com a imigração regular absorvia todas as energias. Em 1886, fora criada a Associação Promotora da Imigração, que se encarregava de trazer imigrantes. Na diretoria estavam Martinho da Silva Prado, Nicolau de Souza Queiroz e Rafael Paes de Barros. No governo central, eles contavam com o apoio do ministro da Agricultura, Antonio Prado.

Por um lado, temos os dirigentes do executivo, em meio à regulamentação fundiária nacional, interessados em defender o sistema da grande propriedade, a monocultura e a colonização particular. Por outro, fica igualmente evidente a natureza empreendedora que atravessa a questão, para além das articulações entre os governos provinciais e a administração imperial, tão eficientemente estudada por Nestor Goulart Reis Filho (2000; 2004; 2010), Mônica Silveira Brito (2000; 2006) e, nos aspectos que perpassam a partição do solo urbano, por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2004; 2008; 2010). Ao introduzir Ribeirão Preto nessas macrodinâmicas de produção espacial descortinamos um terceiro contexto de ação onde os mesmos agentes praticamente reinventam a cidade e suas demandas estruturais urbanas para funcionar dentro do circuito de circulação do capital agroexportador.



Na perspectiva da histórica local, trata-se de uma espécie de certidão de nascimento de Ribeirão Preto, seja como “desbravamento territorial”, missão dos escritores do início do século XX, seja como debutante nas cadeias de circulação do capital. Em uma visão historiográfica madura significa a ampliação do foco de análise para compreender a inserção do local no exame do quadro institucional e dos processos macroeconômicos que transformam a urbanização em destino que preexiste à cidade como fato concreto. Mas a cidade, lócus da história por excelência, precisa de interpretações aptas a reconstruir incessantemente sua identidade por meio de leituras que expõem, especificam, detalham em minúcias, tanto quanto desfocam o funcionamento das grandes engrenagens desses grandes processos reorganizadores do território e de suas relações.

### **A historiografia local e seus sujeitos**

Neste ponto, propomos um salto temporal para analisar as interpretações sobre Ribeirão Preto, realizadas principalmente entre a década de 1950 avançando até os anos de 1980. Trata-se de um aparelhamento literário que cria a cidade, empregando espaço e memória como matéria-prima. A priori, pelo tipo de inserção social dos autores envolvidos, mesmo que guiados por algum rigor científico optamos por aceitar a denominação memorialista<sup>2</sup>. Conforme exposto por Faria (2003) são professores, advogados e políticos, entre outros, que narram a história da cidade desde seus primórdios sempre pautados pela intenção totalizadora de contar uma “verdade” carregada de conteúdo afetivo.

Foi por essa direção que a história oficial da cidade, assim como a tantas outras do interior paulista, creditou à devoção religiosa o primeiro empreendimento memorável da sua existência. Nessa senda, Osmani Emboaba da Costa<sup>3</sup> escreveu a *História da Fundação de Ribeirão Preto* em um trabalho cujo levantamento documental extenso e minucioso foi reconhecido, em 16 de julho de 1954, por uma comissão de historiadores

---

<sup>2</sup> Para sustentar essa opção nos valem da pesquisa de Ana Cláudia Brefe (1993) e da interpretação do contexto ribeirão-pretano que Faria (2003, p.44-57) realizou a partir da dissertação da autora citada.

<sup>3</sup> Quando nos referimos ao papel desempenhado por Osmani Emboaba da Costa como sujeito histórico, usaremos a referência Osmani Emboaba, ou simplesmente Emboaba, forma como seu nome foi consagrado na historiografia local. Entretanto, nas citações de seu trabalho usaremos Costa (1955) ou (COSTA, 1955) conforme as normas de citação e referência da ABNT.



da Universidade de São Paulo formada por Eurípedes Simões de Paula, Nuto Sant'Anna e Alice P. Canabrava.

Segundo Barros (2005) trata-se da habilitação intelectual formal como novo critério de credenciamento a esse saber, esse conhecimento local. Contudo, tratava-se também do desfecho de uma disputa centrada menos na constituição dessa historicidade, e mais, na realização de poder e notoriedade, frente à proximidade do "centenário da cidade". Os protagonistas na linha de frente desse embate foram o próprio Osmani Emboaba e Plínio Travassos dos Santos.

Nos anos de 1950, Santos já era um conhecido estudioso de Ribeirão Preto. Iniciou sua carreira como articulista no princípio da década de 1920, produzindo textos centrados no tema "Fundação da Cidade". Entre 1922 e 1928 assinou artigos para os jornais, *A Tarde* e *A Cidade*. No *Diário da Manhã* publicou folhetins, no período de 1942 a 1943, que numa organização conjunta constituíram o seu trabalho *Ribeirão Preto Histórico e para a História*. A escrita de Plínio Travassos dos Santos, principalmente por seu caráter periodista, portanto, em sua condição de diálogo público, estava comprometida com a política. Em 1952, Emboaba surge quase da obscuridade para o centro da discussão sobre os primórdios da historicidade local. Em sua oposição a Santos, revelou-se conhecedor da história do município e se impôs como contestante audacioso.

Na palestra proferida em 09 de junho de 1952, Plínio Travassos dos Santos procurava esclarecer um equívoco na interpretação do Livro de Tombo da Matriz que repercutiria na alteração da data de fundação da cidade. A informação que Santos tentava retificar situava o evento em 1853, contra dados anteriores que indicaram o ano de 1863.

Durante o evento, Osmani Emboaba apresentou publicamente outros dados para desafiá-lo. Os documentos exibidos pelo contestante circunscreviam os autos da primeira divisão das fazendas do Retiro e Barra do Retiro, cuja sentença datada de 1856 mencionava a doação de um quinhão destinado ao Patrimônio da Fábrica<sup>4</sup> de São Sebastião. Essa desconcertante reviravolta colocou o assunto na berlinda,

---

<sup>4</sup> O significado primeiro da palavra fábrica é construção e reparação, com o tempo passou também a significar renda para manutenção e administração dos rendimentos da Igreja. O doutorado de Garcia (2013) apresenta alguns desdobramentos históricos que levaram as fábricas eclesiásticas à administração dos bens fundiários da Igreja.





transformando-se em objeto de discussão em vários segmentos da sociedade (BARROS, 2005).

O desafio e os debates subsequentes constituíram o que pode ser chamado de “corrida ao centenário”. Corrida que apesar do prestígio de Santos, determinado inclusive pela chancela do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), cujo parecer mereceu cartas de apoio de renomados membros, como Afonso Taunay, Altino Arantes e Barros Monteiro, tinha uma imensa desvantagem, o exíguo tempo para levantamento e comprovação de dados. A formação de uma comissão especial<sup>5</sup> para investigação da data de fundação da cidade, em meados de 1952, já era motivo de preocupação para os defensores do ano de 1853, qualquer atraso em seus trabalhos poderia tornar a data inconveniente aos objetivos políticos associados à comemoração dos 100 anos da cidade.

Vejamos que a importância desse evento no contexto dos agentes possui uma dimensão interpretativa, porém se analisada à luz da crítica historiográfica ganha um caráter multidimensional. De forma panorâmica poderíamos compreender a primeira possibilidade como desdobramento da explosão do espírito comemorativo e a elevação da ordem dos sentimentos característicos do século XIX que Le Goff (1984) observa sobrepor-se ao caráter científico do saber cultivado no século XVIII. Seria a apropriação de instrumentos de suporte simbólicos em um vasto domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam a espera de seus historiadores. Todavia, a presença da rede social tão bem urdida pelo IHGSP nos leva às veredas da constituição de uma historiografia hoje compreendida como História Paulista.

Muitos exemplos podem ser mencionados sobre a reorganização simbólica de historicidades locais. Em Jaboticabal no período republicano, Arthur Pequerobi de Aguiar Whitaker assumiu um papel relevante na teia de poder ao garimpar, e talvez produzir, documentos<sup>6</sup> que embasaram o artigo *O Centenário de Jaboticabal*, apresentado em 1922 e posteriormente publicado no livro *Jaboticabal no Primeiro Centenário de sua Fundação 1828-1928*. O esforço de Whitaker acabou por trazer à cidade Júlio Prestes,

---

<sup>5</sup> Concretizada pelo ato n.8/52 e constituída pelos vereadores José do Carmo G. Marques Ferreira, Lourenço Roselino Filho e Octacilio Alves de Almeida, e os cidadãos Osmani Emboaba e Plínio Travassos dos Santos (Barros, 2005, p.38).

<sup>6</sup> Trata-se da escritura de doação do patrimônio de Jaboticabal desaparecida por muitos anos, provavelmente inexistente, subitamente encontrada em um cartório da cidade de Araraquara, administrado pelo então tabelião interino José de Abreu Izique (GARCIA, 2008).



então presidente do Estado de São Paulo, num calendário festivo convenientemente projetado para alavancar as candidaturas do Partido Republicano Paulista (PRP) no ano subsequente. Interessantemente, os textos de Whitaker inspiraram Plínio Travassos dos Santos a ponto de usá-los no primeiro parágrafo de sua argumentação:

Há quem julgue dever ser fixada como data da fundação de uma cidade a de qualquer ato de seu reconhecimento, principalmente oficial. Em excelente artigo sobre JABOTICABAL, publicado no "ANUÁRIO POLIANTÉA" do GINÁSIO S. LUIZ da mesma cidade, reeditado na publicação "JABOTICABAL NO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO", o ilustre Dr. ARTHUR PEQUEROBÍ WHITAKER assim se expressa a respeito: Em se tratando da fundação da cidade não se pode tomar como data inicial a do primeiro ato do poder público que a contempla, porque este desfaz, por sua própria natureza, a pretensão de quem quisesse atribuir-lhe a virtude de ela haver dado nascimento, eis que aparece, precisamente, para atestar a sua existência, embora na infância. Quem batiza não fez mais do que reconhecer a preexistência do neófito... (SANTOS, 1948, p.27).

O que vemos para além das palavras de Whitaker é, justamente, a atuação dessa rede de sociabilidades no empreendimento historiográfico, que se produzia no IHGSP sob a notória liderança de Afonso Taunay. Segundo Anhezini (2003) a ideia de sociabilidade vincula-se tanto aos locais de produção intelectual quanto às trocas neles ocorridas. A figura de uma rede abarca o sentido político desses intercâmbios, vínculos de amizades e hostilidades, associação entre homens de Estado e homens de letras engajados em trocas intelectuais, acordos e disputas.

Taunay, desde 1911, aparece com destaque no cenário nacional. Primeiro como discípulo de João Capistrano de Abreu, engajado no projeto de escrever uma história do Brasil que, voltada para a formação de uma nacionalidade, enveredava pelo regionalismo. Segundo, como sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio de Janeiro (IHGB) e de São Paulo (IHGSP) que funcionavam como confrarias proporcionando meios de acesso a fontes de pesquisa e sequentemente distinção, credibilidade e facilidades de publicação. Finalmente, a partir de 1917, como diretor do Museu Paulista, centro de pesquisa que possibilitava a aquisição de livros e acesso a fontes primárias de documentação (ANHEZINI, 2003).

Foi por meio das relações políticas e intelectuais concretizadas no IHGSP que podemos associar as figuras de Taunay, Whitaker e Santos. No cadastro anual de 1945, Plínio Travassos dos Santos é mencionado como sócio correspondente numa estrutura



hierárquica que tinha Afonso d' Escagnolle Taunay como presidente honorário e Arthur Pequerobi de Aguiar Whitaker como 2º vice-presidente eleito para o triênio de 1942-1944, reeleito como 1º vice-presidente para a diretoria do triênio de 1945-1947 (IHGSP, 1949, p.401-410).

Nesse aspecto, a linha progressiva de apossamento romantizada pelos textos de Santos está perfeitamente afinada à constituição dessa historiografia convencionalizada como história paulista:

Bandeira... Picadas... Pousos... Ranchos... Roças... Capela... Povoado... Cidade. Esses os caminhos quase invariáveis da formação da maioria de nossas cidades primitivas. Assim nasceu RIBEIRÃO PRETO. Povoado incipiente no meado do século XIX, freguesia em 1870; município (vila) em 1874; e cidade em 1889... [...] Foram os "bandeirantes" os lançadores dos delineamentos de quase todas as antigas cidades do interior do BRASIL, umas diretamente, a maioria lhes facilitando o estabelecimento. Rasgadas por eles grandes estradas de penetração, descobertas zonas de fertilidade jamais sonhadas, adventícios de todas as procedências demandavam esses pontos e neles arranchavam. RIBEIRÃO PRETO não fugiu a regra. Ponto atravessado pela velha estrada bandeirante demandadora de Goiás, forçosamente tinha de servir de arranchamento a caminheiros fartos da jornada [...] (SANTOS, 1948, p.5).

O apoio recebido por Santos no IHGSP aparece em cartas solidárias assinadas por membros de alta expressão. Em 19 de junho de 1952, Plínio de Barros Monteiro escreve:

[...] Seu trabalho é deveras interessante, tendo-se V.S. revelado arguto pesquisador, honesto e imparcial, qualidades essenciais a todo aquele que se dedica a pesquisas históricas. O assunto é ainda algum tanto controvertido, pois ainda não foi encontrado um documento verdadeiramente convincente. Entretanto os que V.S. apresenta, em seu trabalho, convenceram-me de que a atual cidade de Ribeirão Preto tenha sido fundada lá pelo ano de 1853 (SANTOS, 1948, p.28).

Também Taunay corre em seu socorro: "Parabéns pela demonstração de isenção de ânimo, voltando atrás, em público, de seu modo de ver de 1942. Mais uma prova da honestidade de seus estudos e propósitos, tão minha conhecida" (SANTOS, 1948, p.28-A). Já Altino Arantes em 7 de junho de 1952 afirma:

Mas, do emaranhado de certidões e de escrituras que Você, com paciência e argúcia beneditinas, logrou reunir e esmiuçar, resultou para mim a certeza de que foi no ano de 1853 (e não no ano de 1863) que teve origem, nas margens agrestes e solitárias do Ribeirão Preto, o burgo humilde e paupérrimo que teria de ser, menos de um século

212



depois a Urbe opulenta e magnífica que é um dos mais altos padrões da grandeza e da civilização de São Paulo. É esta, em suma, a impressão que me ficou da mediata leitura de seu erudito e consciencioso estudo histórico (SANTOS, 1948, p.28-A).

Assim, as primeiras décadas do século XX marcam o esforço de construção de uma identidade nacional, invariavelmente, associada às narrativas de posse do território paulista. Aposseamento que deixava de ser encarado como dádiva para assumir caráter operativo, numa construção historiográfica que atuava no sentido de não apenas justificar a riqueza e supremacia de São Paulo, mas também legitimar as suas pretensões de conduzir politicamente o país. Essa sobreposição entre as histórias, paulista e nacional, ainda ecoa na prática historiográfica brasileira, que segue classificando de regional a história de qualquer parte do país, exceto a paulista. As cidades tiveram na constituição da epopeia paulista uma importância equivalente aos indivíduos, desenhando-se também como personagens. Cria-se uma literatura rica em levantamentos documentais, estatísticos, arqueológicos sempre entrelaçados na descrição de seus benfeitores, na caracterização das dioceses e na organização espacial de ruas, bairros e monumentos (FERREIRA; LUCA; IOKOI, 1999).

Essa grande história paulista assume um espectro de especificidades quando lida a partir dos contextos locais. Em 1957, mesmo decênio em que Santos e Emboaba debatiam a data de fundação de Ribeirão Preto, o memorialista Theodorico de Camargo travou sua cruzada para o reconhecimento da figura de Jesuíno de Arruda como principal fundador da cidade de São Carlos. Provocações públicas, artigos em jornais, livros, seminários... Tudo valia para comprovar quem era o “verdadeiro fundador” da cidade. Teria sido o Conde do Pinhal? Ou, seria o fazendeiro Jesuíno José Soares de Arruda?

A conexão entre motivação histórica e ganho político se rebate no quadro regional pela ação dos intelectuais influentes nessas cidades. Nas narrativas de constituição territorial, pesou nos idos de 1928 em Jaboticabal e na década de 1950, tanto em São Carlos do Pinhal quanto em Ribeirão Preto, a atuação desses atores que retrabalhavam os vínculos à economia agrícola favorecendo ou contrapondo-se a persistência de formas mais ou menos reformuladas da estrutura oligárquica.

Plínio Travassos dos Santos navegou pelas tramas incertas da política coronelista, da Revolução Paulista de 1924 e pela Revolução de 1930. Foi inspetor escolar municipal



em 1918, seu primeiro cargo público. Depois de exercer o cargo de procurador fiscal, foi nomeado secretário da Câmara Municipal em 16 de junho de 1922. Durante a Revolta Paulista de 1924, apresentou-se publicamente em defesa da integridade da capital paulista, ameaçada de bombardeios. Foi preso em agosto de 1924. Quando libertado, foi convidado a redigir sua carta de demissão.

É certa a ascendência que Santos exercia sobre a opinião pública. É provável que essa situação tenha sido favorável em vários momentos, no entanto, a cena política parecia não agraciar-lhe nos idos de 1953-1956. Prova disso foram suas denúncias ao desequilíbrio na avaliação das pesquisas, quando constatou que não foram enviados todos os seus textos para os professores da Universidade de São Paulo. Bastos (2005) observa que a falta de isenção ficou patente no andamento da 5ª reunião, quando o parecer final surgiu datilografado com data anterior. Interessantemente, Osmani Emboaba da Costa, médico psiquiatra e nunca candidato a cargos públicos, era filho de João Emboaba da Costa, este sim vereador nos anos de 1936-1939, membro da Junta Administrativa de Ribeirão Preto durante a Revolução Getulista. Fato que coloca os protagonistas dessa história, contada pelo avesso, em lados opostos da cena pública local.

Paralelamente, as contestações que Osmani Emboaba apresentou ao trabalho de Santos, também não estavam imunes à conjuntura de sua produção. Seus levantamentos seguiam a trilha documental da constituição do Patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto. A pesquisa ainda em processo de elaboração apresentava documentos inéditos e propunha a data de fundação em 19 de junho de 1856. Nela o mito fundacional constituía-se pela ação do que Osmani Emboaba denominou "fundadores", um conjunto de famílias pioneiras que por compra ou posse detinham o que ele chama de "propriedade" das fazendas das Palmeiras, Retiro, Barra do Retiro, Laureano e Ribeirão Preto Acima, áreas que nos anos de 1950 circunscreviam o território urbano de Ribeirão Preto.

O que Osmani Emboaba denomina de "escritura" é uma certidão pertencente ao Arquivo da Cúria Diocesana, datada de 23 de abril de 1852, fornecida ao fabricante Manuel de Nazareth Azevedo e inserida nos "Autos do Patrimônio da capela de São Sebastião no lugar denominado Bairro das Palmeiras". A data do documento original, lavrado no cartório do escrivão interino do Juízo de Paz da Vila de Casa Branca, é de 02 de novembro de 1845. Portanto, precedente à Lei de Terras em cinco anos, nove anos

214







anterior ao decreto imperial n.1318 de 30 de janeiro de 1854 que a regulamentou e uma década antecedente à lei n.840, de 1855, que em seu artigo 11º, determinou que a compra e venda de bens de raiz, cujo valor excedesse duzentos mil réis, deveria ser feita por escritura pública, sob a pena de nulidade (COSTA, 1955).

Assim, Emboaba constrói sua argumentação por esse conjunto de documentos particulares de doação que integram as malsucedidas tentativas de organização de um patrimônio religioso para a região do território de São Simão, conhecida originalmente como São Sebastião da Barra do Retiro e, a partir de 1866, como São Sebastião do Ribeirão Preto. A primeira tentativa de doação foi realizada por José Mateus dos Reis e, no ano de 1852, a segunda tentativa é creditada a José Alves da Silva, Mateus José dos Reis, Luiz Gonçalves Barbosa, Miguel Bezerra dos Reis, Antônio Bezerra Cavalcanti, Alexandre Antunes Maciel e Mariano Pedroso de Almeida. A terceira, e bem sucedida tentativa, constituída por um grupo de condôminos da Fazenda da Barra do Retiro que junto ao processo de divisão condicionam a doação de um quinhão destinado ao mártir São Sebastião (COSTA, 1955).

Sob a perspectiva tradicional a essência dessas narrativas em disputa é o foco na questão fundiária. A versão vitoriosa de Osmani Emboaba foi chancelada pela lei n. 386, de 24 de dezembro de 1954, que estabeleceu a data de fundação da cidade em 19 de junho de 1856. Contudo, neste caso questionamos qual seria a matriz a que nos referimos no início do artigo, a sentença judicial proferida em 1856? Ou, o próprio texto de Osmani Emboaba? Qualquer tentativa de resposta seria controversa, mas entre uma e outra o que queremos de fato é pinçar os elementos genéticos do urbano, presentes nas duas possibilidades.

### **Osmani Emboaba e a urbanidade da matriz religiosa de sua história-memória**

Voltando à matriz historiográfica de Osmani Emboaba da Costa temos a recomposição do papel ancestral do fundador. Em seu texto, os doadores da Barra do Retiro são ofuscados por outro agente coroado pela aura mítica da fundação, Manoel Fernandes do Nascimento, nomeado fabriqueiro por D. Antônio José de Melo, em provisão episcopal datada de 13 de agosto de 1859.

Osmani Emboaba lança sobre o administrador da Fábrica da Matriz um olhar fetichizado, a apreensão quase mágica que lhe concede poderes para além da concretude do

215



contexto. A senda por ele aberta influenciará indelevelmente a nascente historiografia de Ribeirão Preto. O primeiro fabricante que aparece em seus levantamentos é Manuel de Nazareth Azevedo, curador da doação que transforma São Sebastião em consócio na partilha do conjunto de posses que integravam as Fazendas do Retiro e Barra do Retiro. No entanto, o grande personagem da narrativa não foi Nazareth Azevedo, e sim, Manuel Fernandes do Nascimento, figura recorrente na organização de documentos desde as primeiras doações (COSTA, 1955).

É preciso mencionar, todavia, a relação de parentesco entre Osmani Emboaba da Costa e Manuel Fernandes do Nascimento. No *Álbum Comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade do Ribeirão Preto* organizado por seu pai, João Emboaba da Costa, esse relacionamento fica evidente na dedicatória inicial: “Aos meus avós maternos Manuel Fernandes do Nascimento e Paulina Placidina da Costa, nascidos em Itajubá, que foram os pioneiros do desbravamento do sertão do Ribeirão Preto” e prossegue ainda esclarecendo esses laços de terra e sangue “Aos meus avós paternos, Manoel José da Costa, o ‘Emboaba’, nascido na Ilha da Madeira, e Maria Francisca de Jesús, nascida em Itajubá, e que acompanharam Fernandes” (COSTA, 1956, p.1).

Trata-se, portanto, da constituição de uma história que avança para além da epopeia paulista, em que agem os heróis bandeirantes e seus descendentes “plantadores de cidades”, na formação da constelação urbana que justificaria a liderança econômica e política do Estado de São Paulo. Em meio ao casamento entre memória e história, enxergamos as reminiscências de uma saga familiar até então apagada da teia de lembranças do grupo social. Halbwachs (2006) nos ajuda a compreender as relações entre memória individual e memória do grupo na formação de um passado comum, inseparável do fundo espacial. Nesse jogo de reciprocidades as lembranças individuais constituem a memória do grupo e na derivação inversa a memória do grupo constitui os passados individuais.

[...] a memória coletiva contém memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 2006, p.72).

Halbwachs (2006, p.172) afiança ainda que, não há memória coletiva que aconteça fora do contexto espacial, memória essa reforçada pelo estabelecimento das relações de domínio entre sujeitos e território:

Ora, um homem ou muitos homens só adquirem um direito de propriedade sobre uma terra ou sobre uma coisa a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou se esta relação for tão imutável quanto a coisa em si. Esta é uma convenção que violenta a realidade, pois as pessoas estão sempre mudando. Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito a propriedade não adquire nenhum valor se a memória coletiva não intervier para garantir sua aplicação.

Por essa bem sucedida associação entre espaço e memória, Osmani Emboaba organiza a trama de constituição do território ribeirão-pretano pela ação pioneira, em parte empreendida por seu bisavô. Alinhava, assim, um componente afetivo à ordem historiográfica por ele exposta como científica. Torna memorável, tanto a história da terra, quanto suas recordações familiares. Ao mesmo tempo, legitima o amplo processo de apossamento, desenrolado pela divisão judicial das fazendas do Retiro e Barra do Retiro, trazendo para historiografia local a conexão indelével entre acumulação territorial fundada no "direito" à terra que se concretiza pelo desenvolvimento urbano. Para além dos interesses políticos que conduziram a questão e da conjuntura propícia ao desenvolvimento de uma historiografia missionada em legitimar São Paulo como líder nacional. Existem outros ingredientes que contribuíram para o sucesso da empreitada, em primeiro lugar a evocação de elementos ancestrais em uma sociedade que já compreendia as perdas decorrentes do processo de desencantamento do mundo. Theodorico de Camargo (1957), na disputa paralela travada na cidade de São Carlos, lembra que no mundo greco-romano todas as cidades eram fundadas por um ato religioso e todas cresceram em torno de um altar dedicado à divindade tutelar. Portanto, o juízo lógico dessa observação compreende o homem que tivesse tido a iniciativa desse ato seria considerado o "fundador", respeitado pelo povo e por seus descendentes. Somando a esse sentido religioso o viés político-econômico que Weber (2004) associa ao processo de secularização, temos a cidade como mediadora da ação primitiva dos deuses ou dos santos reconduzida à configuração espacial e burocrática de um território político.



Foi exatamente essa situação, rebatida ao nosso momento periférico dos anos de 1850, que permite compreender os desdobramentos locais da organização das rédeas administrativas do estado brasileiro. O foco da história que estamos a recontar aparenta ser fundiário, porém é pelas instituições que fiam a urbanidade, entre elas a formação de um corpo legislativo nacional e a organização de um aparato judicial apto a reconhecer direitos de domínio, adjudicando ou denegando demandantes e demandados, que podemos vislumbrar a ampliação de campos de cultura extensiva destinados à agroexportação.

A constituição do território capitalista somente se viabiliza pela existência a priori de uma estrutura institucional que forneça as garantias necessárias para existência da propriedade privada. Nesse sentido, o que se denomina de “desenvolvimento” não circunscreve exatamente o crescimento demográfico, o aumento de edificações urbanas, a abertura de quadras, lotes e ruas, tampouco o avanço dos números da produção agrícola. A ideia de desenvolvimento implica exatamente o sucesso de empreitadas políticas e administrativas para expandir esse aparato institucional, que é essencialmente urbano, levando seus braços funcionais para dentro dos povoados, vilas e freguesias espalhados pelo interior.

Se a cidade é o centro institucional moldado para garantir a produção e nessa mesma linha a mediadora das relações de mercado, também é o lócus da história. Na década de 1950 foram as tramas de relações urbanas, protagonizadas por Osmani Emboaba da Costa e Plínio Travassos Santos, que implicaram a reformulação da história local a partir das demandas fundiárias que constituíram o território denominado Ribeirão Preto. Todavia, enfatizamos que para além das minúcias e razões dessas demandas existia a urbanidade institucional das garantias da terra como propriedade e mercadoria, mesmo que em processo de construção.

### **Mapeando a influência de Osmani Emboaba nas narrativas ribeirão-pretanas**

A eficácia da escrita de Osmani Emboaba foi determinante para construção de uma identidade ribeirão-pretana organizada em um conjunto de interpretações sobre a historicidade local. Na série comemorativa, “Edições Douradas”, publicadas em comemoração ao 82º aniversário do *Diário da Manhã*, a chamada do artigo em primeira página [Figura 1] com o título, “Quarteirões quadrados mantiveram a cidade livre da



especulação, trabalho dos fabriqueiros”, apresenta um texto taxativo “Foram os urbanistas da época, com plenos poderes para legislar a respeito de construções e abertura de ruas”. Em tom ufanista característico de uma publicação comemorativa lança a pergunta embasada na ideia anacrônica do fabriqueiro urbanista: “E se a cidade tivesse o seu urbanista oficial?” (QUARTEIRÕES..., 1979, p.12).

Um profissional que cuidasse do desenvolvimento urbano, organizasse o progresso e não permitisse as mutilações que freqüentemente aleijam a memória histórica e cultural de um povo. Parece impossível: hoje, apesar de conhecermos teoricamente a importância da preservação das fontes culturais, e do planejamento urbano, as contradições políticas não permitem que esse conhecimento se traduza em prática. Hoje sabemos tudo: e não podemos nada. Mas antigamente, foi possível. Em 1856 Ribeirão Preto tinha o seu “urbanista oficial”. Um homem que podia determinar o crescimento da cidade de acordo com as regras do urbanismo que julgasse corretas. Fabriqueiro era o homem que zelava pelos bens públicos e pela capela [...] cabia a ele, geralmente, zelar para que as ruas fossem alinhadas, as casas tivessem bom aspecto etc. As casas, na ordem que o fabriqueiro de Ribeirão Preto recebeu em 1856, deveriam ter pelo menos 18 palmos de frente por 60 de fundos. Essa determinação foi a primeira norma imposta em Ribeirão Preto. Como se vê, quando a cidade começou, já tinha uma certa organização. Infelizmente, em vez de aprimorar-se com o tempo, foi cedendo às pressões da especulação imobiliária (QUARTEIRÕES...,1979, p.13).

A afirmação de que o traçado ortogonal provê algum tipo de proteção contra a especulação imobiliária (Figura 1), soa estranha ao estudioso contemporâneo da cidade, sabe-se que foi justamente a racionalidade geométrica o instrumento necessário para prática segura das transações imobiliárias tanto no campo como na cidade.

O artigo publicado em 17 de junho de 1979, no mesmo conjunto comemorativo das “Edições Douradas”, retorna ao assunto pelo mote das praças, “Quantas praças e jardins o ‘fabriqueiro’ projetou? Poucas cidades brasileiras teriam tantas e tão belas como a nossa” (QUANTAS..., 1979, p.18-19).



Figura 1: Primeira publicação da série especial denominada "Edições Douradas"  
 Fonte: APHRP. Edições Douradas. Quarteirões...(1979, p.1).

O texto apresenta e qualifica as praças da cidade, aparentemente trata-se de um artigo missionado em denunciar os descasos no cuidado do espaço urbano, talvez por isso a crítica política prevalecesse sobre a correção histórica de suas asserções. É difícil compreender a circunscrição temporal que o artigo deseja discutir. Dentre as praças citadas a única que pode ser associada à gênese do tecido urbano de Ribeirão Preto é a atual Praça XV de Novembro, sítio do antigo Largo da Matriz.

As outras praças mencionadas, estabelecidas a partir da última década do século XIX, são o desdobramento espacial da instalação do poder republicano e não devem ser associadas à administração territorial de fabriqueiros.

Essa década de 1970 foi profícua para escrita memorialista da cidade. Como conjunto os escritores se reportam respeitosamente a Plínio Travassos dos Santos, pesquisador muito mais dedicado ao levantamento de dados urbanos em documentos de fundo municipal. Contudo, reproduzem acriticamente a leitura territorial e a origem



patrimonial da cidade lastreada na história-memória lançada por Osmani Emboaba da Costa.

José Pedro da Veiga Miranda<sup>7</sup> reafirma essa direção no livro *Ribeirão Preto: de ontem e de hoje*. Seu texto reproduz o despacho judicial que concretizou as divisões do Retiro e a simultânea doação do patrimônio eclesiástico que garantiria a legitimação das terras em questão. Esse autor também parte do momento quase primordial que circunscribe o atentado seguido da morte de Manuel Fernandes do Nascimento que conforme narrado por Emboaba ocorreu: “por querer abrir uma rua que atravessaria o quintal de um rico comerciante” (MIRANDA, 1971, p.34).

Em 1978, Rubem Cione<sup>8</sup> inicia sua coleção *História de Ribeirão Preto*, escrita em cinco volumes. O advogado-escritor expressa, logo no início do primeiro livro, sua adesão à perspectiva religiosa da ocupação territorial. A posição pró Emboaba é perceptível em meio a uma narrativa que afiança o imperativo da fé cristã dos desbravadores das terras do vale do Rio Pardo. Pioneiros que sob a égide de São Sebastião ocuparam, entre 1845 e 1852, as margens dos córregos, do Esgoto, da Figueira, das Palmeiras, do Retiro e do Ribeirão Preto, construindo ali sua capela (CIONE, 1989).

Cione cita na integra a investigação que Emboaba empreendeu no Cartório Criminal de Casa Branca com o objetivo de desvendar o crime que vitimou o bisavô fabriqueiro:

Manuel Fernandes do Nascimento foi gravemente ferido a 7 de dezembro de 1866, por Manuel Felix de Campos; segundo depoimento do criminoso prestado em Casa Branca, a 19 de Novembro de 1867, perante Júri Popular, “A mulher de Manuel Soares de Castilho começou a contar-lhe que Manuel Fernandes do Nascimento havia lhe feito umas desfeitas, querendo arrombar o quintal de seu marido para nele abrir uma rua, e querendo vingar-se dele queria, que ele, interrogado, lhe

---

<sup>7</sup> José Pedro da Veiga Miranda (1930-1999). Jornalista, escritor, filólogo e pesquisador da história de Ribeirão Preto, nascido na cidade de Livramento-BA. Em Ribeirão Preto realizou todos os estudos, do primário a faculdade. O contato com o pesquisador-historiador Prof. Plínio Travassos dos Santos, no final da década de 1950, despertou em José Pedro Miranda o interesse pela pesquisa histórica. Em 1968 publicou seu primeiro trabalho sobre a história da cidade. No ano de 1971 publicou o livro *Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje*. Ao longo de sua vida, publicou ainda inúmeros artigos sobre a história da cidade nos jornais e revistas locais. Ocupou o cargo de Diretor dos Museus Municipais de 1972 a 1983. No Arquivo Histórico foi coordenador de pesquisa no período de 1995 a 1998. Trabalhou nos jornais *O Diário*, *Diário da Manhã*, *A Cidade* e foi diretor do jornal *Diário de Notícias*. (RIBEIRÃO PRETO, 2014).

<sup>8</sup> Rubem Cione (1918-2007). Professor, advogado, jornalista, escritor e pesquisador da história de Ribeirão Preto. Foi presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Ribeirão Preto. Desde a década de 1930 pesquisa e coleta dados, documentos, jornais, publicações, depoimentos e fotografias sobre a História de Ribeirão Preto, com o objetivo de legar a gerações futuras informações sobre o passado da cidade. Publicou a *História de Ribeirão Preto* além de inúmeros outros trabalhos temáticos e artigos sobre história. (RIBEIRÃO PRETO, 2014).



desse um tiro e quebrasse-se-lhe um braço e que para isso lhe deu dez mil réis e uma garrafinha de champanhe cheia de aguardente”. O assassinato de Fernandes, a mando de Manuel Soares de Castilho e sua mulher Antonia de Nazaré se efetuou às duas horas da tarde, na porteira da fazenda de Fernandes, sita à atual rua Prudente de Moraes, cruzamento com a estrada para o Bairro do José Jacques, no local hoje assinalado por uma capelinha. Manuel Fernandes do Nascimento veio a falecer segundo seu inventário, a 10 de Fevereiro de 1867, tendo o réu sido condenado à prisão perpétua, ao passo que os mandantes, ricos negociantes da Vila, foram presos mas nem se quer entraram em julgamento, sendo logo após libertados, apesar das categóricas declarações do mandatário (CIONE, 1989, p.81; COSTA, 1955, p. 91-92).

A influência de Osmani Emboaba fica ainda mais evidente quando comparamos o teor da literatura produzida a partir de 1956 com textos anteriores, a exemplo da publicação organizada por João Rodrigues Guião, em 1923, *O município e a cidade de Ribeirão Preto no primeiro centenário da Independência Nacional 1822-1922*. Prevalece naquele almanaque um fundo de afirmação política do vereador (1920-1923) que ascendia ao cargo de prefeito municipal (1923-1926), num período em que a riqueza da cidade associada à cultura cafeeira transformava o espaço central inspirado em modelos da *Belle Époque* e ao gosto da burguesia capitalista.

Guião (1923) concentra suas exposições nos progressos materiais da cidade costurando aí a ação de figuras proeminentes no cenário municipal e nacional. A origem da cidade estaria no desenvolvimento da lavoura cafeeira que teria sido iniciada simultaneamente por membros da família Junqueira e muito especificamente por Martinho Prado Júnior e Henrique Dumont que introduziram no solo ribeirão-pretano o café Bourbon.

O Dr. Martinico da Silva Prado e o Dr. Luiz Pereira Barreto foram os maiores propagandistas da fertilidade das terras do município, divulgando pela imprensa os resultados admiráveis das plantações realizadas. O primeiro fundou os alicerces da grande propriedade agrícola “Fazenda Guatapará”, que é hoje uma estância rural modelo, inteligentemente instalada em belo local, com confortável vivenda e casas higiênicas para seus colonos e operários, possuindo maquinismos e aparelhos bem montados para a preparação de diversos produtos industriais no importante estabelecimento agrícola e industrial, onde, ao par da cultura do café, é tratada também a policultura (GUIÃO, 1923, p.43-44).



Outros textos poderiam ser analisados para reforçar a linha de corte desempenhada pela história-memória de Emboaba, mas encerramos esta etapa de nossa argumentação mencionando o livro de Renato Jardim <sup>9</sup>, impresso em 1946, *Reminiscências: de Resende, Estado do Rio às plagas paulistas, São Simão, Batatais, Altinópolis e Ribeirão Preto*. Sua escrita, ligeiramente anterior à composição da narrativa ontológica de Osmani Emboaba, está carregada de lembranças afetivas invariavelmente associadas a contextos espaciais do território paulista. Porém, não exalta o mito fundacional dos pioneiros e a saga do fabricante assassinado no exercício de sua missão de protetor e ordenador do patrimônio religioso.

### **Uma matriz urbana pelas entrelinhas dos textos analisados**

A duas matrizes geradoras da historicidade ribeirão-pretana no século XX lançam um conjunto multidimensional de possibilidades. A cidade como desdobramento do empreendimento bandeirante, como resultado do esforço coordenado da migração de grupos familiares das Minas Gerais, como elemento ancestral que vem à luz pela figura de um fundador, a cidade como obra da fé cristã e, finalmente, a capital do café como iniciativa agrícola que integra o mundo capitalista pela empresa exportadora e seu aporte institucional.

No entanto, apesar dessas dimensões passíveis de estudos organizados segundo as normas da academia, e que de fato gerou um conjunto significativo de teses e dissertações, tem prevalecido a lógica da ocupação dos campos seguida pelo traçado das ruas, construção de pequenas edificações, construção da igreja, construção de edificações mais elaboradas, edifícios públicos, praças e outros espaços públicos, o período áureo do café e suas crises desde antes de 1929, a quebra da bolsa de Nova York, o declínio da lavoura e o renascimento agrícola pelo ciclo sucroalcooleiro.

Insistimos que o objetivo do presente artigo não é organizar uma revisão bibliográfica abrangente e tampouco censurar a historiografia memorialista. Também não é nossa

---

<sup>9</sup> Renato Jardim (1868-1951). Natural de Resende, Rio de Janeiro, em 1879, seu pai adquiriu terras na cidade de São Simão. Chegou à região em 1889. Em 1905 mudou-se para Ribeirão Preto, atuou como jornalista, lente de Geografia do Ginásio do Estado (atual escola Otoniel Mota), vereador e prefeito em 1910. Convidado pelo seu amigo Washington Luiz Pereira, Presidente do Estado mudou-se para a cidade de São Paulo onde no período de 1920-1924, foi Diretor da Escola Normal Caetano de Campos e ocupou o posto de Ministro do Tribunal de Contas do Estado. Ainda a convite de Washington Luiz, Presidente da República no período de 1926-1930, exerceu o cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal (RIBEIRÃO PRETO, 2014).



meta apontar trabalhos acadêmicos prontos a usar essa história-memória sem as necessárias reflexões críticas. A escrita memorialista tem um lugar social bem formulado e funciona conforme mecanismos inerentes aos jogos do poder local e da própria organização do espaço da cidade, que merecem ser percebidos em todas as nuances de suas particularidades.

A leitura pelo avesso que sugerimos neste artigo é de alguma forma recente já que mesmo no campo acadêmico, quando se propõe a elaboração de pesquisas sobre a posse da terra e processos de urbanização, por muito tempo, pesquisadores nas mais diversas áreas privilegiaram a aparente prevalência genética dos campos como o espaço da produção. A questão da terra urbana, quando surge, merece apenas algumas linhas. Raquel Glezer (2007) figura entre os primeiros pesquisadores que conseguimos circunscrever que parte da lógica inversa. Em tese defendida no ano de 1992, lembrou que os estudos de apropriação territorial foram temas candentes que alimentaram grandes debates em detrimento ao alheamento da sociedade aos problemas decorrentes da questão da terra nas cidades. A partir daí lançou um olhar diferente sobre essa dinâmica trazendo o foco de análise para as relações de domínio na cidade de São Paulo desde tempos coloniais.

Na mesma medida, muito da história das cidades paulistas se organizou a partir do raciocínio: apropriação espacial, formação de campos e desenvolvimento urbano. Nossa proposta aqui foi exatamente pinçar nos textos memorialistas elementos que nos levam à lógica inversa. Nosso lastro é a advertência de Braudel (2005, p.444), "não se julgue que o campo, como se costuma dizer, precedeu a cidade, no tempo. É certo que frequentemente o meio rural, com o progresso da produção, autoriza a cidade, mas esta nem sempre é um produto secundário". Isto posto, lembramos que a estrutura institucional que garante a posse sobre o território é urbana, assim como toda a formulação do corpo jurídico que anima a disposição judiciária responsável por sua aplicação. Nesse mesmo sentido, advogamos a partir da matriz que defende os textos propagandistas de Matinho Prado Júnior como momento primordial, que se trata de uma literatura motivada em grande parte pelo interesse empresarial urbano conforme a praxe da ação de seu grupo familiar.

A partir de Braudel (2005) ousamos afirmar que a urbanidade é uma pré-condição existencial. Simultaneamente, em Lefebvre (2001) compreendemos que ela precisa tanto do meio físico quanto das memórias que Halbwachs (2006) associa às próprias



pedras que constroem seus caminhos e edificações. Estes são os ingredientes que fabricam cidades e tecem sua historicidade.

## Referências

- ANHEZINI, K. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. *Revista Estudos Históricos*, v.2, n.32, p.51-70, 2003.
- ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO (1890-1906). Arquivo de fotografias digitalizadas. Ribeirão Preto: [s.n.].
- BARROS, R. *História da história da fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2005.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BREFE, A. C. F. *A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1993.
- BRITO, M. S. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- BUENO, B. P. S. O velho tecido urbano de São Paulo: proprietários e “mercado imobiliário” rentista em 1809. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 32, p.123-143, jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo 1809-1950*. São Paulo: FAU-USP, 2008.
- BUENO, B. P. S. A Cidade como negócio: o mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, F.; ABREU (Org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- CAMARGO, T. *Jesuino de Arruda e a fundação de São Carlos: supremacia dos documentos*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1957.





CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Matão: IMAG, 1989.

COSTA, J. E. (Org.). *Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação da Cidade do Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Schmidt, 1956.

COSTA, O. E. *História da fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: Coleção da Revista História-USP, 1995.

FARIA, R. S. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2003.

GARCIA, V. E. *As tramas e o poder: Jaboticabal 1895-1936, praça, igreja e uma outra história*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, EESC-USP, São Carlos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Do Santo? Ou de quem...* Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria. Tese (Doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, IAU-USP, 2013.

GLEZER, R. *Chão de Terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

GUIÃO, J. R. *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º Centenário da Independência Nacional (1822-1922)*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo–Biblioteca, 1922.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IN MEMORIAM, Martinho Prado Júnior: 1843-1943. São Paulo: Elvino Pocai, 1944.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO – IHGSP. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.44, 1949.

FERREIRA, A. C.; LUCA, T. R.; IOKOI, Z. G. (Org.) *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

LE GOFF, J. Memória. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1994.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001,

MIRANDA, J. P. *Ribeirão Preto: de ontem e de hoje*. Ribeirão Preto: Livraria El Dourado, 1971.

QUANTAS praças e jardins o nosso fabricante projetou? *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 17 jun. 1979, p.18-19. (Edições Douradas).





QUARTEIRÕES quadrados mantiveram a cidade livre da especulação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, 7 jun. 1979, p 1. (Edições Douradas).

REIS FILHO, N. G. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. *São Paulo: vila, cidade e metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo: Grandes obras de urbanização*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2010.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. *Filhos do café: Ribeirão Preto da terra roxa*. Ribeirão Preto: Curadoria Histórica do Museu do Café - Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, 2010.

\_\_\_\_\_. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Biografias. Disponível em: <http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/historia/i14biografias.htm>. Acessado em 08/06/2014.

SANTOS, P. T. *Ribeirão Preto: histórico e para história*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1948.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndios*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

